

ÍNDICE

1 - REGIMENTOS E LEGISLAÇÃO DE ENSINO

1	RESOLUÇÃO Nº 002/2013, DE 17 DE JANEIRO DE 2013 <i>Dispõe sobre a aprovação das alterações do Regimento Interno do Conselho Superior.</i>
2	RESOLUÇÃO Nº 011/2013, DE 29 DE ABRIL DE 2013 <i>Dispõe sobre a aprovação da alteração do Regimento do CEPE.</i>
3	RESOLUÇÃO Nº 019/2012, DE 03 DE MAIO DE 2012 <i>Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da Câmara de Ensino.</i>
4	PARECERES LICENCIATURA Parecer CNE/CP nº 21 Duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Parecer CNE/CES nº 197 Consulta, tendo em vista o art. 11 da Resolução CNE/CP 1/2002, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Parecer CNE/CP nº 27 Dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Parecer CNE/CP nº 15 Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nºs 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. Parecer CNE/CES nº 228 Consulta sobre reformulação curricular dos Cursos de Graduação.

	<p>Parecer CNE/CP nº 28 Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.</p> <p>Resolução CNE/CP nº 2, de 2004 Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.</p> <p>Resolução CP/CNE nº 2, de 2002 Adia o prazo previsto no art. 15 da Resolução CNE/CP 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.</p> <p>Parecer CNE/CP nº 4 Aprecia a Indicação CNE/CP nº 3/2005, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores fixadas pela Resolução CNE/CP nº 1/2002.</p> <p>Parecer CNE/CP nº 5 Aprecia Indicação CNE/CP nº 2/2002 sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica.</p> <p>Resolução CNE/CP nº 1, de 2005 Altera a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de graduação plena.</p> <p>Resolução CNE/CP nº 1, de 2002 Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.</p> <p>Parecer CNE/CP nº 9 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Ed</p>
5	<p>PARECERES E RESOLUÇÕES BACHARELADO</p> <p>As normas legais do MEC prevêm a carga horária mínima para os cursos de graduação - bacharelado, sem previsão de currículos mínimos.</p> <p>Parecer CNE/CES Nº 8/2007 Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial; aprovado em 31/01/2007.</p>

	<p>Resolução CNE/CES Nº 2 Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.</p>
<p>6</p>	<p>LEGISLAÇÃO EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA</p> <p>PORTARIAS</p> <p>Portaria Normativa nº 3, de 1º de abril de 2008. Determina as áreas e os cursos superiores de tecnologia que serão avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) no ano de 2008 e dá outras providências.</p> <p>Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.</p> <p>Portaria Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2007. Calendário do Ciclo Avaliativo do SINAES, triênio2007/2009.</p> <p>Portaria nº 282, de 29 de dezembro de 2006. Inclusões no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.</p> <p>Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006. Dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nos termos do art. 71, §1º e 2º, do Decreto 5.773, de 2006.</p> <p>Portaria nº 10, de 28 de julho de 2006. Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.</p> <p>Portaria nº 1.027, de 15 de maio de 2006. Dispõe sobre banco de avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA, e dá outras providências.</p> <p>Portaria nº 4.362, de 29 de dezembro de 2004. Institui banco único de avaliadores da educação superior.</p> <p>Portaria nº 107 de 22 de julho de 2004. SINAES e ENADE – disposições diversas.</p> <p>Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004.</p>

[Portaria 1024](#)

Implantação do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia

PARECERES

[Parecer CNE/CES nº 277, de 07 de dezembro de 2006.](#)

Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.

[Parecer CNE/CES nº 261/2006.](#)

Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.

[Parecer CNE/CP Nº 29/2002.](#)

Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo.

[Parecer CNE/CES Nº 436/2001.](#)

Trata de Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogos.

[Parecer CNE Nº 776/97.](#)

Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.

[Parecer CNE/CEB nº 02/97.](#)

Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio.

RESOLUÇÃO

[Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro 2002.](#)

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

[Lei do Estágio - 11.788](#)

Dispõe sobre o estágio de estudantes.

[Decreto 5773](#)

Inclusão de sugestões no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia

[Decreto 5154](#)

Regulamenta os artigos 36, 39 a 41 da Lei nº 9.394 - LDB.

7

LEGISLAÇÃO BÁSICA TÉCNICA NÍVEL MÉDIO

PARECERES

[Parecer CNE/CEB nº 11/2008, aprovado em 12 de junho de 2008](#)

Proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

[Parecer CNE/CES nº 277/2006, aprovado em 7 de dezembro de 2006](#)

Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.

[Parecer CNE/CEB nº 40/2004.](#)

Trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº 9.394/96 (LDB).

[Parecer CNE/CEB nº 39/2004.](#)

Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

[Parecer CNE/CEB nº 16/99.](#)

Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

[Parecer CNE/CEB nº 17/97.](#)

Estabelece as diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional.

[Parecer CNE/CEB nº 02/97.](#)

Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio.

RESOLUÇÕES

[Resolução CNE/CEB nº 3, de 9 de julho de 2008](#)

Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio

[Resolução CNE/CEB nº 1, de 27 de março de 2008](#)

Define os profissionais do magistério, para efeito da aplicação

do art. 22 da Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

[Resolução CNE/CEB nº 4, de 16 de agosto de 2006](#)

Altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

[Resolução CNE/CEB nº 4, de 27 de outubro de 2005](#)

Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.

[Resolução nº 2, de 4 de abril de 2005.](#)

Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação.

[Resolução nº 1, de 3 de fevereiro de 2005.](#)

Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.

[Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004.](#)

Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

[Resolução CNE/CEB nº 04/99.](#)

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

[Resolução nº 02, de 26 de junho de 1997.](#)

Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino

	fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio.
8	<p>LEGISLAÇÃO EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</p> <p>Decretos</p> <p>Decreto N.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005, regualmenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).</p> <p>Decreto N.º 5.773, de 09 de maio de 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.</p> <p>Decreto N.º 6.303, de 12 de dezembro de 2007, altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.</p> <p>Portarias</p> <p>Portaria nº 1, de 10 de janeiro de 2007.</p> <p>Portaria nº 2 (revogada), de 10 de janeiro de 2007.</p> <p>Portaria nº 40, de 13 de dezembro de 2007.</p> <p>Portaria nº 10, de 02 de julho de 2009.</p>
9	<p>LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL</p> <p>Constituição Federal de 1988 - Educação Especial – pdf</p> <p>Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN</p> <p>Lei nº 9394/96 – LDBN - Educação Especial - txt pdf</p> <p>Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - Educação Especial - txt pdf</p> <p>Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente</p> <p>Lei nº 10.098/94 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências</p>

[Lei nº 10.436/02](#) - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras Providências

[Lei nº 7.853/89](#) - CORDE - Apoio às pessoas portadoras de deficiência - [txt](#) | [pdf](#)

[Lei Nº 8.859/94](#) - Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio – [pdf](#)

DECRETOS

[Decreto Nº 186/08](#) - Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007

[Decreto nº 6.949](#) - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007

[Decreto Nº 6.094/07](#) - Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação

[Decreto Nº 6.215/07](#) - institui o Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência – CGPD

[Decreto Nº 6.214/07](#) - Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência

[Decreto Nº 6.571/08](#) - Dispõe sobre o atendimento educacional especializado

[Decreto nº 5.626/05](#) - Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

[Decreto nº 2.208/97](#) - Regulamenta Lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

[Decreto nº 3.298/99](#) - Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências

[Decreto nº 914/93](#) - Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

[Decreto nº 2.264/97](#) - Regulamenta a Lei nº 9.424/96

[Decreto nº 3.076/99](#) - Cria o CONADE

[Decreto nº 3.691/00](#) - Regulamenta a Lei nº 8.899/96

[Decreto nº 3.952/01](#) - Conselho Nacional de Combate à Discriminação

[Decreto nº 5.296/04](#) - Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade

[Decreto nº 3.956/01](#) – (Convenção da Guatemala) Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência

PORTARIAS

Portaria nº 976/06 - Critérios de acessibilidade os eventos do MEC - [txt](#) | [pdf](#)

Portaria nº 1.793/94 - Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências - [txt](#) | [pdf](#)

Portaria nº 3.284/03 - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições - [txt](#) | [pdf](#)

Portaria nº 319/99 - Institui no Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Especial/SEESP a Comissão Brasileira do Braille, de caráter permanente - [txt](#) | [pdf](#)

Portaria nº 554/00 - Aprova o Regulamento Interno da Comissão Brasileira do Braille - [txt](#) | [pdf](#)

Portaria nº 8/01 - Estágios - [txt](#) | [pdf](#)

RESOLUÇÕES

Resolução nº4 CNE/CEB – [pdf](#)

Resolução CNE/CP nº 1/02 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores - [txt](#) | [pdf](#)

Resolução CNE/CEB nº 2/01 - Normal 0 21 Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica - [txt](#) | [pdf](#)

Resolução CNE/CP nº 2/02 - Institui a duração e a carga horária de cursos - [txt](#) | [pdf](#)

Resolução nº 02/81 - Prazo de conclusão do curso de graduação - [txt](#) | [pdf](#)

Resolução nº 05/87 - Altera a redação do Art. 1º da Resolução nº 2/81 - [txt](#) | [pdf](#)

AVISO

Aviso Circular nº 277/96 - Dirigido aos Reitores das IES solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais - [txt](#) | [pdf](#)

DOCUMENTOS INTERNACIONAIS

[Convenção ONU Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2007.](#)

Carta para o Terceiro Milênio- [txt](#) | [pdf](#)

Declaração de Salamanca- [txt](#) | [pdf](#)

Conferência Internacional do Trabalho- [txt](#) | [pdf](#)

Convenção da Guatemala- [txt](#) | [pdf](#)

Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes- [txt](#) | [pdf](#)

Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão- [txt](#) | [pdf](#)